

Deputados lutam pelo repasse de verbas ao DF

A criação do Fundo do Distrito Federal para o custeio e investimentos nas áreas de Saúde e Educação ficou prejudicada pela restrição da revisão constitucional à votação de uma pauta mínima, elaborada pelo relator, deputado federal Nelson Jobim (PMDB-RS) com os líderes dos partidos. Como nada que diz respeito especificamente a Brasília entrou na agenda mínima de 14 pontos, que será votada a partir da próxima terça-feira, a bancada do DF na Câmara Federal, busca alternativas para garantir os repasses da União na Constituição Federal. O relator informal da revisão, deputado federal Sigmaringá Seixas (PSDB-DF) propõe uma emenda constitucional, mas admite que a tramitação é mais demorada.

Segundo Sigmaringá, ele e Nelson Jobim já combinaram de apresentar a emenda constitucional; embora alternativas como a formação de uma assémbléia constituinte independente para dar prosseguimentos aos trabalhos estajam sendo discutidas. Convicto, pelo menos até o momento, de que a revisão deverá mesmo encerrar no dia 31 de maio, o deputado diz que está preparando o texto definitivo da emenda com base nas propostas apresentadas pelos parlamentares e em cima da média das transferências de recursos do ano passado.

Uma das proposições é de que o Fundo do DF fosse constituído por um percentual a variar em torno de 2,8 a 3,0% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda de proventos de qualquer natureza (IR) e sobre produtos industrializados (IPI). Com isso, o GDF reexaminaria sua cota no Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e no Fundo de Participação dos Municípios.

Garupa — Como a emenda constitucional necessita de 70 assinaturas de parlamentares para ser apresentada e necessita de votação em dois turnos na Câmara Federal e no Senado, a idéia não é bem aceita pelo deputado federal Benedito Domingos (PP).